



Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações financeiras em
31 de dezembro de 2012 e 2011

Conteúdo

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	5
Demonstrações de resultados	6
Demonstrações do resultado abrangente	7
Demonstrações das mutações do patrimônio líquido	8
Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto	9
Notas explicativas às demonstrações financeiras	10



KPMG Auditores Independentes
R. Dr. Renato Paes de Barros, 33
04530-904 - São Paulo, SP - Brasil
Caixa Postal 2467
01060-970 - São Paulo, SP - Brasil

Central Tel 55 (11) 2183-3000
Fax Nacional 55 (11) 2183-3001
Internacional 55 (11) 2183-3034
Internet www.kpmg.com.br

Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras

Aos
Conselheiros e Administradores do
Grupo de Institutos, Fundações e Empresas
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“Entidade”), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2012 e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e as demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Entidade é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, assim como pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelo auditor e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Entidade para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Entidade. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

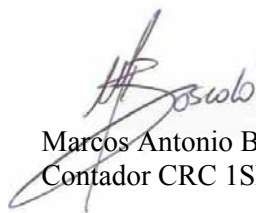
Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Opinião

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Grupo de Institutos, Fundações e Empresas em 31 de dezembro de 2012, o desempenho de suas operações e os fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 07 de março de 2013

KPMG Auditores Independentes
CRC 2SP014428/O-6



Marcos Antonio Boscolo
Contador CRC 1SP198789/O-0

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Balancos patrimoniais em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

Ativo	Nota	2012	2011	Passivo	Nota	2012	2011
Circulante				Circulante			
Caixa e equivalente de caixa	4	1.067.774	1.021.417	Fornecedores		1.344	-
Contas a receber	5	5.800	10.131	Obrigações sociais e trabalhistas	9	251.245	258.522
Outros créditos	6	<u>35.940</u>	<u>129.311</u>	Adiantamentos de associados	10	<u>1.084.948</u>	<u>1.031.544</u>
Total do ativo circulante		1.109.514	1.160.859	Total do passivo circulante		1.337.537	1.290.066
Não circulante				Patrimônio líquido			
Outros investimentos	7	1.386.407	1.401.527	Patrimônio social	12	1.574.792	1.574.792
Imobilizado	8	321.241	323.104	(Déficit) superávit do exercício	12	<u>(95.167)</u>	<u>20.633</u>
Intangível		<u>-</u>	<u>1</u>	Total do patrimônio líquido		1.479.625	1.595.425
Total do ativo não circulante		1.707.648	1.724.632				
Total do ativo		<u>2.817.162</u>	<u>2.885.491</u>	Total do passivo		<u>2.817.162</u>	<u>2.885.491</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações de resultados

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Nota	2012	2011
Receita operacional			
Contribuições de associados	13	1.925.588	1.759.470
Receitas de projetos, cursos e patrocínios	14	3.358.868	1.086.253
Outras receitas operacionais		<u>261.551</u>	<u>241.847</u>
		5.546.007	3.087.570
Despesas administrativas e operacionais			
Pessoal	15	(2.679.205)	(1.914.565)
Despesas gerais e administrativas	16	<u>(3.101.373)</u>	<u>(1.693.418)</u>
		(5.780.578)	(3.607.983)
(Déficit) operacional		<u>(234.571)</u>	<u>(520.413)</u>
Receitas financeiras	17	151.553	253.127
Despesas financeiras	17	<u>(32.782)</u>	<u>(36.160)</u>
Resultado financeiro líquido	17	<u>118.771</u>	<u>216.967</u>
(Déficit) do exercício		<u><u>(115.800)</u></u>	<u><u>(303.446)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações do resultado abrangente

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Déficit do exercício	<u>(115.800)</u>	<u>(303.446)</u>
Resultado abrangente total	<u><u>(115.800)</u></u>	<u><u>(303.446)</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	Patrimônio Social	(Déficit) superávit acumulado	Total
Em 31 de dezembro de 2010	1.574.792	324.079	1.898.871
Déficit do exercício	-	(303.446)	(303.446)
Em 31 de dezembro de 2011	1.574.792	20.633	1.595.425
Déficit do exercício		(115.800)	(115.800)
Em 31 de dezembro de 2012	<u>1.574.792</u>	<u>(95.167)</u>	<u>1.479.625</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Grupo de Institutos, Fundações e Empresas

Demonstrações dos fluxos de caixa - Método indireto

Exercícios findos em 31 de dezembro de 2012 e 2011

(Em Reais)

	2012	2011
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
(Déficit) do exercício	(115.800)	(303.446)
Depreciação e amortizações	8.165	54.188
Resultado na venda de ativo imobilizado	461	-
	<u>(107.174)</u>	<u>(249.258)</u>
(Aumento) diminuição no ativo circulante e não circulante		
Contas a receber	4.331	(9.238)
Outros créditos	93.371	(124.927)
(Aumento) diminuição no passivo circulante e não circulante		
Fornecedores	1.344	(2.807)
Obrigações sociais e trabalhistas	(7.277)	115.886
Adiantamento de associados	53.404	155.798
	<u>37.999</u>	<u>(114.546)</u>
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		
	37.999	(114.546)
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Outros investimentos	15.120	67.767
Aquisição de bens do imobilizado	(6.762)	(15.263)
	<u>8.358</u>	<u>52.504</u>
Caixa líquido gerado pelas atividades de investimentos		
	8.358	52.504
Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais e de investimentos		
	46.357	(62.042)
Caixa e equivalentes de caixa		
No início do exercício	1.021.417	1.083.459
No fim do exercício	1.067.774	1.021.417
	<u>1.067.774</u>	<u>1.021.417</u>
Aumento (redução) em caixa e equivalentes de caixa	<u>46.357</u>	<u>(62.042)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

Notas explicativas às demonstrações financeiras

(Em Reais)

1 Contexto operacional

O GIFE – Grupo de Institutos, Fundações e Empresas (“GIFE” ou “Entidade”), constituído em 26 de maio de 1995, é uma associação civil sem fins lucrativos, que reúne organizações de origem empresarial, familiar, independente e comunitária, as quais investem em projetos com finalidade pública. Sua missão é aperfeiçoar e difundir conceitos e práticas do uso de recursos privados para o desenvolvimento do bem comum, contribuindo assim para a promoção do desenvolvimento sustentável do Brasil, por meio do fortalecimento político-institucional e do apoio à atuação estratégica dos investidores sociais privados.

Os recursos financeiros para manter a estrutura e atividades da organização advêm fundamentalmente das contribuições recebidas de associados, do resultado gerado pelos seus ativos financeiros, dos recursos financeiros captados por meio de convênios com fundações e outras organizações, e de receitas obtidas por meio de cursos e do Congresso GIFE.

Desde 2000, a cada dois anos é realizado o Congresso GIFE, principal encontro sobre investimento social do Brasil. O evento reúne as principais lideranças de investidores sociais do país, além de dirigentes de organizações da sociedade civil, acadêmicos, consultores e representantes de governos, proporcionando um espaço para aprendizado, relacionamento e troca de experiências entre os diversos atores envolvidos em ações sociais, culturais e ambientais.

As edições passadas aconteceram no Rio de Janeiro (2010), Salvador (2008), Curitiba (2006), São Paulo (2004), Fortaleza (2002) e Vitória (2000), enfatizando a perspectiva nacional do evento.

Em 2012, o Congresso GIFE foi realizado em São Paulo, com o tema “Novas fronteiras do Investimento Social”, e contou com mais de mil lideranças de governos, sociedade civil organizada, academia e investidores sociais, 115 palestrantes, 60 mesas paralelas e oficiais, nos mais diferentes formatos e temas: *open space*, palestras, debates, noite cultural, reuniões e arenas.

2 Base de preparação

a. Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, as quais abrangem a legislação societária, os Pronunciamentos, as Orientações e as Interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e as normas emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC).

A emissão das demonstrações financeiras foi autorizada pela Administração em 07 de março de 2013.

b. Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram preparadas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e moeda de apresentação

Essas demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da Entidade. Todas as informações financeiras são apresentadas em Real.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

Estimativas e premissas são revistas de uma maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados.

As informações sobre incertezas sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material do próximo exercício financeiro e julgamentos críticos referente às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras estão incluídas nas seguintes notas explicativas:

- Nota explicativa nº 5 – Perda estimada para crédito de liquidação duvidosa
- Nota explicativa nº 11 - Provisão para contingências

Não há informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que apresentam efeitos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações financeiras.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis descritas em detalhes abaixo têm sido aplicadas de maneira consistente a todos os exercícios apresentados nessas demonstrações financeiras.

a. Instrumentos financeiros

Ativos financeiros não derivativos

A Entidade reconhece os recebíveis e depósitos inicialmente na data em que foram originados. Todos os outros ativos e passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data da negociação na qual a Entidade se torna uma das partes das disposições contratuais do instrumento.

Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado

Um ativo financeiro é classificado pelo valor justo por meio do resultado caso seja classificado como mantido para negociação e seja designado como tal no momento do reconhecimento inicial. Os ativos financeiros são designados pelo valor justo por meio do resultado se a Entidade gerencia tais investimentos e toma decisões de compra e venda baseadas em seus valores justos, de acordo com a gestão de riscos documentada e a estratégia de investimentos da Entidade. Os custos da transação, após o reconhecimento inicial, são reconhecidos no resultado como incorridos. Ativos financeiros registrados pelo valor justo por meio do resultado são medidos pelo valor justo, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

Empréstimos e recebíveis

Empréstimos e recebíveis são ativos financeiros com pagamentos fixos ou calculáveis que não são cotados no mercado ativo. Tais ativos são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, os recebíveis são medidos pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável.

Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação. Os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo, conforme nota explicativa nº4.

Passivos financeiros não derivativos

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Entidade se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Entidade baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retirada, cancelada ou expirada..

Tais passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo acrescido de quaisquer custos de transação atribuíveis. Após o reconhecimento inicial, esses passivos financeiros são medidos pelo custo amortizado pelo método dos juros efetivos.

A Entidade tem os seguintes passivos financeiros não derivativos: fornecedores e outras contas a pagar.

Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não efetua operações com instrumentos financeiros derivativos com o objetivo de mitigar ou de eliminar riscos inerentes à sua operação. Não houve operações com instrumentos financeiros derivativos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

b. Contas a receber

As contas a receber são reconhecidas pelo regime de competência.

c. Redução ao valor recuperável (impairment)

i. Ativos financeiros (incluindo recebíveis)

Um ativo financeiro não mensurado pelo valor justo por meio do resultado é avaliado a cada data de apresentação para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável. A Entidade não identificou nenhum ativo com redução no seu valor recuperável.

A evidência objetiva de que os ativos financeiros perderam valor pode incluir o não-pagamento ou atraso no pagamento por parte do devedor, a reestruturação do valor devido a Entidade sobre condições de que a Entidade não consideraria em outras transações, indicações de que o devedor ou emissor entrará em processo de falência, ou o desaparecimento de um mercado ativo para um título. Além disso, para um instrumento patrimonial, um declínio significativo ou

prolongado em seu valor justo abaixo do seu custo é evidência objetiva de perda por redução ao valor recuperável.

ii. Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros da Entidade são revistos a cada data de apresentação para apurar se há indicação de perda no valor recuperável. Caso ocorra tal indicação, então o valor recuperável do ativo é estimado.

Perdas por redução no valor recuperável são reconhecidas no resultado.

d. Imobilizado

i. Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou construção, deduzido de depreciação acumulada e perdas de redução ao valor recuperável (impairment) acumuladas, quando necessário.

ii. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual.

A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de consumo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo. As taxas de depreciação utilizadas pela Entidade estão divulgadas na Nota 8.

Os métodos de depreciação, as vidas úteis e os valores residuais serão revistos a cada encerramento de exercício financeiro e eventuais ajustes são reconhecidos como mudança de estimativas contábeis.

e. Passivos circulantes e não circulantes

Os passivos circulantes e não circulantes são demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis acrescidos, quando aplicável dos correspondentes encargos, variações monetárias incorridas até a data do balanço patrimonial.

f. Provisões para contingências

Provisões para contingências relacionadas a processos trabalhistas, fiscais e cíveis, nas instâncias administrativas e judiciais, são reconhecidas com base nas opiniões dos assessores jurídicos e nas melhores estimativas da Administração da Entidade sobre o provável resultado dos processos pendentes na data do balanço.

g. Ajuste a valor presente

A Administração da Entidade efetuou a avaliação e concluiu pela não necessidade de registro do Ajuste a Valor Presente (AVP) para os ativos e passivos de longo prazo e de curto prazo, quando aplicável, em conformidade ao previsto no CPC 12.

h. Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Entidade tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que

um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas por meio do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo.

i. Apuração do resultado

As doações recebidas de associados sem destinação específica são reconhecidas como receita quando recebidas. Demais despesas e receitas são apuradas pelo regime de competência. As doações recebidas com destinação específica, vinculadas à realização de atividades acordadas com os doadores, são reconhecidas ao resultado na medida da efetiva realização dos gastos nesses programas por tratar-se de adiantamentos sujeitos à devolução no caso da não realização dos programas.

4 Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa são constituídos conforme abaixo:

	2012	2011
Caixa	698	9.032
Bancos conta movimento	1	4.493
Aplicações financeiras (a)	<u>1.067.075</u>	<u>1.007.892</u>
	<u><u>1.067.774</u></u>	<u><u>1.021.417</u></u>

- (a) Estão substancialmente compostas por aplicações em fundos de renda fixa de curto prazo, administrados pelos bancos Itaú e Bradesco, com tendência da variação das taxas de juros pós-fixadas (Certificado de Depósito Interfinanceiro - CDI) e Certificado de Depósitos Bancários (CDB)

Composição das aplicações de liquidez imediata:

	2012	2011
Banco Itaú Compromissada DI	509.716	-
Banco Itaú Especial RF	6.484	6.068
Bradesco – CDB	535.097	102.834
Banco Itaú aut mais 79897-8	8.927	683.252
Bradesco - DI Brilhante	<u>6.851</u>	<u>215.738</u>
	<u><u>1.067.075</u></u>	<u><u>1.007.892</u></u>

5 Contas a receber

	2012	2011
Valores a receber de associados	<u>5.800</u>	<u>10.131</u>

Não há valores em aberto de longa data. A Administração da Entidade não espera incorrer em perdas com estes recebíveis e por essa razão não efetuou o reconhecimento de perda estimada para crédito de liquidação duvidosa.

6 Outros créditos

	2012	2011
Adiantamento de salários	9	9
Adiantamento de férias	33.391	1.545
Adiantamento de serviços	271	2.439
Adiantamento – 7º Congresso GIFE	-	125.318
Outros	<u>2.269</u>	<u>-</u>
	<u>35.940</u>	<u>129.311</u>

7 Outros investimentos

	2012	2011
Bradesco LF	952.789	858.010
Bradesco Op. Compromissada	<u>433.618</u>	<u>543.517</u>
	<u>1.386.407</u>	<u>1.401.527</u>

Conforme definido no Estatuto, o GIFE constituiu um fundo patrimonial destinado a assegurar a perpetuidade da Entidade, sendo gerido de forma independente em relação ao custeio das operações ordinárias. O Fundo não poderá ser destinado a cobrir despesas ordinárias de custeio, salvo se precedido de autorização do Conselho de Governança que, todavia, não poderá autorizar o uso superior a 20% dos seus recursos no mesmo mandato.

O Fundo é composto por contribuições específicas de associados e totalizava, em 31 de dezembro de 2012, o saldo de R\$ 1.386.407 (R\$1.401.527 em 31 de dezembro de 2011). Em setembro de 2012, o Conselho de Governança autorizou o saque de até R\$ 250.000 em 2012, tendo em vista que as receitas previstas inicialmente para o ano ficariam abaixo do planejado, devido a perda de um patrocínio *master* do Congresso; área de novos negócios não viabilizada em 2012 e crescimento da base associativa inferior ao esperado.

A Administração optou por não sacar a totalidade do valor autorizado, resgatando R\$ 150.000 do investimento “Bradesco Op. Compromissada”.

8 Imobilizado

	Imobilizado custo	Depreciação acumulada	Líquido	
			2012	2011
Imóveis	419.085	(142.505)	276.580	293.390
Móveis e utensílios	96.293	(96.293)	-	2.820
Equipamentos de informática	148.496	(112.053)	36.443	25.990
Máquinas e equipamentos	16.419	(8.605)	7.814	6.409
Instalações	217.295	(216.891)	404	(5.505)
	<u>897.588</u>	<u>(576.347)</u>	<u>321.241</u>	<u>323.104</u>

Movimentação do imobilizado – custo

	2011	Adições	Baixa	2012
Imóveis	419.085	-	-	419.085
Móveis e utensílios	96.293	-	-	96.293
Equipamentos de informática	144.114	4.382	-	148.496
Máquinas e equipamentos	14.500	2.380	(461)	16.419
Instalações	217.295	-	-	217.295
	<u>891.287</u>	<u>6.762</u>	<u>(461)</u>	<u>897.588</u>

Movimentação do imobilizado – depreciação

	Taxa de Depreciação	2011	Adições	2012
Imóveis	4%	(125.695)	(16.810)	(142.505)
Móveis e utensílios	10%	(93.473)	(2.820)	(96.293)
Equipamentos de informática	20%	(118.124)	6.071	(112.053)
Máquinas e equipamentos	10%	(8.092)	(513)	(8.605)
Instalações	10%	(222.799)	5.908	(216.891)
		<u>(568.183)</u>	<u>(8.164)</u>	<u>(576.347)</u>

9 Obrigações sociais e trabalhistas

	2012	2011
Obrigações sociais		
INSS a recolher	-	35.272
FGTS a recolher	-	495
INSS s/ terceiros (cooperativa)	26	56
Impostos e contribuições retidos na fonte	48.559	64.102
Impostos e contribuições a recolher	<u>2.161</u>	<u>7.944</u>
	50.746	107.869

	2012	2011
Obrigações trabalhistas		
Salários a pagar	-	3.957
Provisão para férias	150.187	109.885
Provisão para encargos sobre férias	50.312	36.811
	200.499	150.653
	251.245	258.522

10 Adiantamento de associados

	2012	2011
Contribuição de associados	775.692	531.544
Patrocínio de iniciativas	309.256	500.000
	1.084.948	1.031.544
	1.084.948	1.031.544

Os saldos são representados por adiantamentos de contribuições associativas e patrocínios de iniciativas do GIFE, recebidos antecipadamente. São diversas as iniciativas de 2013 patrocinadas antecipadamente, como o “Encontro de Presidentes e Principais Executivos da Rede GIFE 2013” e a “Revisão e Publicação da 2ª Edição do Guia das Melhores Práticas de Governança para Fundações e Institutos Empresariais”. Já em 2012, as antecipações recebidas em 2011 referem-se exclusivamente ao Congresso GIFE 2012.

11 Provisão para contingências

A Entidade, no curso normal de suas atividades, está sujeita a processos judiciais de natureza fiscal, trabalhista e cível.

A Entidade não é parte envolvida em quaisquer processos, sejam de natureza trabalhista, cível ou fiscal, que devam estar registrados nas demonstrações financeiras encerradas em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

12 Patrimônio líquido

Representa o patrimônio inicial da Entidade, reduzido dos déficits ou acrescido dos superávits apurados anualmente desde a data de sua constituição.

Em caso de dissolução, qualificada nos termos da Lei 9.790, de 23 de março de 1999, o patrimônio social do GIFE deverá necessariamente ser destinado a outra instituição qualificada nos termos da mesma lei, preferencialmente com mesmo objeto social.

13 Contribuições de associados

Os valores das contribuições anuais dos associados ao GIFE são calculados de acordo com a Política de Contribuição Associativa, aprovada na Assembleia Geral Anual do GIFE de 2010, válida até 2015. Os valores das contribuições de associados, no exercício de 2012, alcançaram o saldo de R\$1.925.588 (R\$1.759.470 em 31 de dezembro de 2011).

14 Receitas de atividades

As receitas de atividades são compostas, substancialmente, pelas receitas de iniciativas, como Congresso (somente nos anos pares), cursos, patrocínios a projetos, além de outras doações.

a. Natureza dos projetos, cursos e patrocínios

	2012	2011
Congresso GIFE	2.031.915	175.832
Cursos	466.679	365.122
Censo GIFE	201.250	104.055
Projeto Wings	625.024	217.366
Projeto Código de Conduta	34.000	68.000
Projeto Ford Fic	-	155.878
	<u>3.358.868</u>	<u>1.086.253</u>

Abaixo destacamos os projetos desenvolvidos pelo GIFE em 2012 e 2011:

b. Congresso GIFE

A receita do congresso GIFE é composta substancialmente pelas inscrições e pelos patrocínios. O objetivo desse evento é proporcionar um ambiente de aprendizagem, debate e construção de parcerias para o público dos associados, além de ressaltar a importância da articulação entre diferentes instituições sociais, um dos grandes desafios para o desenvolvimento de uma sociedade sustentável.

c. Cursos GIFE

O curso Ferramentas de Gestão oferece instrumentos e ferramentas gerenciais para uma atuação social mais sólida e efetiva para as organizações do terceiro setor. Para tanto, o GIFE conta com consultores que ministram os cursos, tendo como temas: legislação do terceiro setor e gestão de incentivos fiscais, elaboração e avaliação de projetos, planejamento estratégico, comunicação e marketing, mobilização de recursos, entre outros. O curso de Governança para Institutos e Fundações Empresariais é realizado em parceria com o IBGC, e visa aprofundar os benefícios e os principais desafios para a adoção das melhores práticas de Governança nestas organizações. O GIFE também oferece cursos Incompany, customizados de acordo com a necessidade das organizações.

d. Censo GIFE

O Censo GIFE é uma pesquisa quantitativa, realizada a cada dois anos, que tem como objetivo apresentar um amplo panorama do investimento social privado no Brasil, tendo como base a rede de organizações associadas ao GIFE. Para a elaboração desse estudo, o GIFE conta com o patrocínio de organizações associadas.

e. Projeto Wings

Em 2012, o GIFE contribuiu com a incubação da WINGS, rede mundial de associações e fundações, em suas atividades iniciais no Brasil.

f. Projeto Código de Conduta

O GIFE publicou em 2011 o "Código de Conduta para Gestão de Investimento de Fundos Patrimoniais e Organizações sem fins lucrativos", traduzido e adaptado do Código publicado pelo CFA Institute, associação global, baseada nos Estados Unidos, que estabelece princípios a serem seguidos por gestores de investimento de organizações sem fins lucrativos.

g. Projeto Ford FIC

O projeto "O papel dos investidores familiares, independentes e comunitários no fortalecimento do investimento social brasileiro", que conta com o apoio da Fundação Ford, tem como objetivo fomentar e fortalecer a atuação de investidores sociais privados de origem familiar, independente e comunitária, contribuindo para a ampliação da abrangência do investimento e da diversidade de investidores no contexto do investimento social privado no Brasil. O projeto é um desdobramento da Visão ISP 2020, lançada pelo GIFE em 2010, visando a qualificação e o fortalecimento do investimento social brasileiro.

15 Despesa com pessoal

	2012	2011
Salários, 13º Salário, Férias, Ajuda de Custo, Indenizações	(1.869.938)	(1.319.390)
INSS	(463.476)	(328.764)
FGTS	(153.136)	(106.588)
Benefícios	(178.402)	(147.579)
Outras Despesas com Pessoal	(802)	(1.048)
Pis sobre folha de Pagamento	(13.451)	(11.196)
	(2.679.205)	(1.914.565)

16 Despesas gerais e administrativas

	2012	2011
Suprimentos	(17.976)	(63.827)
Funcionamento	(83.853)	(87.685)
Viagens e estadias	(104.346)	(87.768)
Serviço prestado pessoa jurídica	(355.315)	(353.726)
Iniciativas e Projetos	(2.495.680)	(878.236)
Outras despesas operacionais	(44.203)	(222.176)
	(3.101.373)	(1.693.418)

17 Receitas (despesas) financeiras

	2012	2011
Receitas financeiras		
Descontos obtidos	1.117	836
Juros ativos	92	
Rendimentos sobre as aplicações financeiras	<u>150.344</u>	<u>252.291</u>
	151.553	253.127
Despesas financeiras		
IR sobre aplicações financeiras	(6.075)	(31.022)
Despesas bancárias	(16.148)	(4.844)
Despesas com câmbio financeiro	(430)	(123)
Outras despesas financeiras	<u>(10.129)</u>	<u>(171)</u>
	(32.782)	(36.160)
Resultado financeiro líquido	<u><u>118.771</u></u>	<u><u>216.967</u></u>

18 Instrumentos financeiros

A Entidade apresenta exposição aos seguintes riscos advindos do uso de instrumentos financeiros:

- Risco de crédito
- Risco de liquidez
- Risco de mercado
- Risco operacional

Essa nota apresenta informações sobre a exposição da Entidade a cada um dos riscos supramencionados, os objetivos da Entidade, políticas e processos para a mensuração e gerenciamento de risco, e o gerenciamento de capital da Entidade.

a. Risco de crédito

Risco de crédito é o risco de a Entidade incorrer em perdas decorrentes de um associado ou de uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais. O risco é basicamente proveniente das contas a receber de Associados e de aplicações financeiras.

O risco de crédito é administrado por normas específicas de aceitação de associados. Historicamente a Entidade não possui histórico de perdas significativas.

Adicionalmente, a Administração visando minimizar os riscos de créditos atrelados às instituições financeiras, procura diversificar suas operações em instituições de primeira linha.

b. Risco de liquidez

O risco de liquidez representa a possibilidade de descasamento entre os vencimentos de ativos e passivos, o que pode resultar em incapacidade de cumprir com as obrigações nos prazos estabelecidos. A política geral da Entidade é manter níveis de liquidez adequados para garantir que possa cumprir com as obrigações presentes e futuras.

A Administração julga que a Entidade não tem risco alto de liquidez, considerando a sua estrutura de capital sem depender de capital de terceiro.

A Entidade não apresenta necessidade de captação de recursos bancários para capital de giro.

c. Risco de mercado

Risco de mercado é o risco que alterações nos preços de mercado, tais como as taxas de câmbio e taxas de juros, têm nos ganhos da Entidade ou no valor de suas participações em instrumentos financeiros. O objetivo do gerenciamento de risco de mercado é gerenciar e controlar as exposições a riscos de mercados, dentro de parâmetros aceitáveis, e ao mesmo tempo otimizar o retorno.

A Associação não possui dívidas financeiras associadas a taxas flutuantes, que podem majorar suas despesas financeiras no futuro.

d. Risco operacional

Visando minimizar os riscos operacionais a Entidade contrata seguro para cobertura de eventuais riscos.

A Entidade não é parte envolvida em processos trabalhistas devido à adequada gestão utilizada pela Entidade e suas práticas éticas adotadas, tanto na contratação, como na manutenção e/ou demissão de funcionários.

A Administração da Entidade estabelece controles para administrar o risco operacional e buscar eficácia na gestão dos custos, de forma a evitar a ocorrência de prejuízos financeiros e danos à reputação da Entidade.

e. Valor justo

e.1 Instrumentos financeiros derivativos

A Entidade não possui histórico de operações com instrumentos financeiros derivativos. A administração dos instrumentos financeiros é realizada por meio de estratégias operacionais e controles internos visando assegurar liquidez, rentabilidade e segurança. A contratação de instrumentos financeiros com o objetivo de proteção, quando necessário, será feita por meio de uma análise periódica da exposição ao risco que a Administração pretende cobrir (câmbio, taxa de juros etc.).

A Entidade não efetua aplicações de caráter especulativo em derivativos ou quaisquer outros ativos de risco, como também não efetua operações definidas como hedges exóticos.

e.2 Instrumentos financeiros “não derivativos”

Para todas as operações a Administração considera que o valor justo equipara-se ao valor contábil, uma vez que para estas operações o valor contábil reflete o valor de liquidação naquela data. Desta forma, os valores contábeis registrados no balanço patrimonial referentes aos saldos de caixa e equivalentes de caixa, contas a receber, outros recebíveis, assim como contas a pagar e outras dívidas não divergem dos respectivos valores justos em 31 de dezembro de 2012 e 2011.

19 Cobertura de seguros

A Entidade possui um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitar os riscos, buscando no mercado coberturas compatíveis com seu porte e suas operações. As coberturas foram contratadas pelos montantes a seguir indicados, considerados suficientes pela Administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

As premissas de riscos adotados, dada sua natureza, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações financeiras e, conseqüentemente, não foram examinadas por nossos auditores independentes. Em 31 de dezembro de 2012, a Entidade possuía as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

	Importâncias seguradas - R\$
Incêndio de bens do imobilizado	361.000
Danos elétricos	20.000
Despesas fixas	10.000
Perda de aluguel	30.000
Subtração de bens	50.000
Equipamentos eletrônicos	26.000
Responsabilidade civil	20.000
Quebra de vidros	10.000
	<hr/>
	527.000
	<hr/> <hr/>

* * *

Andre Raichelis Degenszajn
Secretário Geral CPF 061.882.778-17

Fernanda Natalino
Contador CRC 1SP144709/O-3